

- CXXVI -

CONCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: NOTAS SOBRE O CAMPO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Jusciney Carvalho Santana

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

juscineycarvalho@gmail.com

Introdução

Há consenso entre os pesquisadores que um dos maiores desafios atuais diz respeito às políticas públicas pensadas para garantir a valorização e, sobretudo, a sobrevivência da educação superior pública no Brasil, tendo em vista o desinvestimento do Estado Brasileiro no setor público, contraditoriamente preservando os incentivos fiscais dirigidos à iniciativa privada, sendo considerado um fenômeno que vem impulsionado o país a destacar-se mundialmente frente aos demais da América Latina¹, todos em processos de desenvolvimento, nesse segmento.

Mas o que são políticas públicas? Como e por quem são elaboradas? Há diferença entre política pública e política social? Como, quando, por quem são avaliadas as políticas implantadas? Essas e outras questões merecem atenção, especialmente aquelas políticas criadas e norteadas, nas reformas educacionais dos anos 1990, concomitantes com as mudanças na economia (mundialização e financeirização), inspiradas nos princípios neoliberais.

Apresenta-se, neste estudo, como tem sido a evolução nesse campo específico – o das políticas públicas – em termos internacionais, e mais adiante, sobre os impactos das políticas voltadas para o campo da educação superior no Brasil.

Desenvolvimento

De acordo os resultados do Estado da Arte sobre Políticas Públicas (2007), apresentado por Souza (2007), a política pública, enquanto área de conhecimento, nasceu nos Estados Unidos, nos anos 1930, culminando numa ruptura da tradição europeia, pois os estudos e pesquisas nessa área “se concentravam mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Já nos Estados Unidos, a ênfase recaía, inicialmente, nos estudos sobre a ação governamental”.

¹ Entre a década de 70 e os anos 2000, o fenômeno da privatização também ocorreu em países como Argentina, Chile, Colômbia e México, conforme destacam Durham e Sampaio (2000).

No caso da América Latina, com recorrentes trajetórias inflacionárias, incluindo o Brasil, as políticas públicas passaram a ganhar visibilidade, somente a partir dos anos 80, sendo que essa maior visibilidade, nos países periféricos, com recentes processos de democratização, tem relação com a ausência de desenho das políticas públicas que pudessem impulsionar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, promover a inclusão social da maior parte das suas populações.

A construção do campo “políticas públicas” contou com a colaboração de fundadores norte-americanos sendo que em 1936 a expressão *policy analysis* foi introduzida por Laswell, “como forma de conciliar conhecimento científico e acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo” (SOUZA, 2007, p. 67).

Sobre a conceituação do que são políticas públicas, Souza pondera que não fazer nada em relação a um problema, também pode ser considerada uma forma de política pública. Sinaliza ainda que, dentre os conceitos, muitos críticos marxistas argumentam que “por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos.” Souza (2007, p. 68).

Ou seja, a política pública é entendida como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, coloca o ‘governo em ação’ e/ou analisa essa ação (variável independente), e, quando necessário, propõe mudanças no rumo ou no curso dessas ações (variável dependente).

Sobre a diferenciação entre política pública e política social, Hofling (2001, p. 31) entende que as políticas sociais são as ações específicas que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, “para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”.

No caso brasileiro, dentre as abordagens mais recorrentes, sobretudo em pesquisas acadêmicas, envolvendo políticas sociais, de acordo com Souza (2007, p. 70) são geradas “principalmente nas áreas de saúde e educação, problemas sociais diversos e estudos relacionados com grupos minoritários e excluídos, com destaques para análises sobre raça, gênero, pobreza, desigualdade social”.

Melo (2001) defende a tese de que a política social se inscreveu na agenda do estado brasileiro passando por sete “vidas” em sua evolução histórica, por considerar que dos anos 30 aos 90, as políticas públicas passaram por sete momentos políticos distintos, com investimentos e concepções diferentes, de acordo com a “vontade política” dos governantes.

Já Arretche compreende o conceito de descentralização como sendo a “institucionalização no plano local de condições técnicas para a implementação de tarefas de gestão de políticas sociais” (2000, p.16).

Conclusões

Tanto Melo (2001) quanto Arretche (2000), acerca do processo de descentralização das políticas sociais no Brasil, apontam para alguns questionamentos, como: a) a fragmentação ou descontinuidade de alguns projetos iniciados de políticas públicas impõe perdas quanto à sustentação das reformas e desenvolvimento da nação; b) a depender de cada governante, e conjuntura social, em algumas áreas sociais, como no caso da educação, por exemplo, pode ter ou não prioridade, e c) a intervenção do Estado na economia colabora transformar políticas universais (de maior alcance estrutural) em políticas focalizadas, como também alertam Saviani (2004) e Frigotto (2011).

Ou seja, as reformas estruturais empreendidas nos anos 1990 – abertura comercial e integração, reforma do Estado, desestatização, entre outras – alargaram ainda mais essas assimetrias na medida em que aumentaram o desemprego, tornaram precário o emprego remanescente e, conseqüentemente, reduziram os salários reais. Por outro lado, a conjuntura econômica desfavorável provocou um crescimento da demanda por ações e serviços sociais, especialmente os de natureza compensatória.

Na contramão dessa demanda crescente, verifica-se, ainda, um agravamento da crise fiscal, ampliando mais a crônica escassez de recursos do setor público, justamente num momento em que se torna essencial e inadiável a intervenção do Estado.

Assim sendo, as políticas sociais merecem ser compreendidas quanto às suas concepções, avaliadas e ajustadas, a partir dos seus resultados, até que se tornem desnecessárias num projeto social e político cujo vetor seja de fato fomentar o desenvolvimento da maior parte da população que necessita de amparo estatal.

No caso brasileiro, justifica-se uma maior atuação do Estado, tendo em vista que, por um lado a pobreza representa um sério obstáculo ao desenvolvimento sustentável e, por outro, a qualificação profissional, oportunizada pelos processos de formação, especialmente no ensino superior da rede pública, configura como sendo um dos caminhos mais exitosos para garantir a mobilidade social dos grupos mais vulneráveis, justamente que não podem arcar financeiramente com despesas com educação.

Portanto, considerando que há um plano nacional de educação, em vigência até o 2024, pactuado pelo Ministério da Educação, cujas metas dependem da efetiva vinculação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), é demandada a mobilização da sociedade e dos governantes, para materializar o cumprimento deste conjunto macro de políticas sociais no âmbito educacional.

Referências

ARRETCHE, Marta T. S. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

DURHAM, Eunice Ribeiro e SAMPAIO, Helena. **O ensino superior em transformação**. São Paulo: NUPES/USP, 2000. p. 13-30.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-254, Apr. 2011 . .

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, ano XXI, nº 55, nov/2001. Disponível em <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>. Acesso em 21 mai 2015.

MELO, Marcus A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth M. (Org). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3 ed. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 2001.

PERES, C. A. ; CASTANHA, A. P. Educação: do liberalismo ao neoliberalismo. **Educere et Educare**, v. 1, p. 233-238, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. 5. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (Orgs). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.